

Discurso desenvolvimentista na Amazônia: políticas estatais e dinâmicas de apropriação territorial na região de Carajás

Discurso desarrollista en la Amazonia: políticas estatales y dinámicas de apropiación territorial en la región de Carajás

Developmentalist discourse in the Amazon: state policies and territorial appropriation dynamics in the Carajás region

IDELMAR SILVA DOS SANTOSⁱ  

Resumo: Este trabalho tem como objetivo compreender os impactos das narrativas e do modelo desenvolvimentista baseado no extrativismo industrial e no agronegócio exportador na Amazônia, com ênfase no município de Marabá, localizado na região de Carajás. A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica e buscou compreender as dinâmicas de apropriação do território promovidas pelas políticas estatais sustentadas por um discurso colonizador que legitima ações devastadoras em nome do progresso. Nesse contexto, determinadas atividades econômicas são priorizadas conforme os interesses do mercado capitalista em detrimento de outras formas e modos de produção. O estudo aponta que a superação do atual modelo hegemônico vigente exige a construção de contranarrativas que promovam a preservação da vida em todas as suas dimensões.

Palavras-chave: Colonialismo interno. Dinâmicas territoriais. Extrativismo.

Resumen: Este estudio tiene como objetivo comprender los impactos de las narrativas y del modelo de desarrollo basado en el extractivismo industrial y el agronegocio orientado a la exportación en la Amazonía, con especial énfasis en el municipio de Marabá, ubicado en la región de Carajás. La investigación se realizó a través de una revisión bibliográfica y buscó analizar las dinámicas de apropiación del territorio impulsadas por políticas estatales, sostenidas por un discurso colonizador que legitima acciones destructivas en nombre del progreso. En este contexto, ciertas actividades económicas son priorizadas según los intereses del mercado capitalista, en detrimento de otras formas y modos de producción. El estudio destaca que superar el actual modelo hegemónico requiere la construcción de contra narrativas que promuevan la preservación de la vida en todas sus dimensiones.

Palabras clave: Colonialismo interno. Dinámicas territoriales. Extractivismo.

Abstract: This study aims to understand the impacts of narratives and the developmental model based on industrial extractivism and export-oriented agribusiness in the Amazon, with a particular focus on the municipality of Marabá, located in the Carajás region. The research was conducted through a bibliographic review and sought to analyse the dynamics of territorial appropriation driven by state policies, which are upheld by a colonizing discourse that legitimizes destructive actions in the name of progress. In this context, certain economic activities are prioritized according to capitalist market interests, to the detriment of alternative forms and modes of production. The study highlights that overcoming the current hegemonic model requires the construction of counter-narratives that advocate for the preservation of life in all its dimensions.

Keywords: Internal colonialism. Territorial dynamics. Extractivism.

ⁱ Mestrando em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Graduado (2016) em Educação do Campo pela mesma instituição. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em docência e gestão escolar.

Considerações iniciais

O artigo propõe uma análise crítica da narrativa do progresso econômico, na qual o extrativismo industrial e o agronegócio (pecuária extensiva), voltados para a exportação de bens primários, são apresentados como motores indispensáveis para o crescimento econômico da região, com ênfase no discurso do aumento do produto interno bruto (Pib). Por essa perspectiva, a Amazônia (atrasada) é convertida em uma colônia do polo mais desenvolvido do País (Brasil moderno). Nessa concepção, as políticas e decisões vêm sendo impostas de fora, desconsiderando a especificidade regional e a autonomia de seus povos. A região de Carajás, mencionada neste trabalho, compreende frações das mesorregiões sul e sudeste do Pará. A região de Carajás abrange, na totalidade de seus 32 municípios, uma extensão de 239 mil km², o que corresponde a cerca de 19% dos 1,2 milhão de km² do estado do Pará e 4,12% dos 5,8 milhões de km² do bioma Amazônia (Albert *et al.*, 2021).

Desde o período colonial, as políticas governamentais projetadas para a Amazônia a consideram um celeiro de recursos inesgotáveis. Nesse prisma, a região é vista sempre como o lugar da apropriação e do saque inexorável dos seus recursos. Historicamente, as decisões políticas e o planejamento estratégico da região vêm de fora para dentro. Os agentes dessas políticas governamentais são pessoas que não conhecem o território e não pertencem a ele, logo, não vivem a realidade do lugar.

Segundo Loureiro (2019), os governos brasileiros têm buscado modificar os povos e as culturas da Amazônia em uma incessante tentativa de remodelar a região, adaptando-a aos ideais de sucessivas gestões. Isso em total desrespeito às características específicas da região. De acordo com Loureiro, até meados do século XX, a Amazônia não vivenciava plenamente uma condição “neocolonial”, apesar de já apresentar características que pavimentariam esse caminho com sua economia baseada no extrativismo, dependência econômica em relação ao centro industrializado do país e expressivos déficits em educação, saúde e infraestrutura. Nesse contexto e sob tal visão, a região era reputada como arcaica e atrasada.

Ainda segundo Loureiro (2019), a consolidação da dominação política e a perda de autonomia regional ocorreram — de forma gradual e complexa — por meio de leis, programas e ações governamentais. Foi ao final desse processo que a relação estrutural de “colonialidade”

se estabeleceu, posicionando a Amazônia como uma “colônia” subordinada ao Brasil, considerado “moderno” e industrializado. Assim, claramente se estabeleceram as disparidades regionais. Esse contexto é reforçado pela autora ao dizer que a região se tornou, ao longo do tempo, política e economicamente dependente. Dessa forma, o território torna-se incapaz de impulsionar um desenvolvimento harmônico, autossustentável e que garanta alguma independência e autodeterminação aos povos que habitam o seu território (Loureiro, 2019).

A ocupação do sudeste paraense intensificou-se a partir da década de 1970, com a abertura da rodovia Transamazônica e da PA-70. As margens dessas rodovias foram ocupadas por pessoas e empresas de diferentes regiões do Brasil. A propaganda estatal da época destacava a necessidade de povoar a região sob o slogan “Terras sem homens para homens sem-terra”, promovendo um processo de colonização que visava a atrair investimentos com incentivos e subsídios do Estado. Esse movimento foi parte de uma estratégia geopolítica de desenvolvimento econômico (Costa, 1997).

Esse aparato administrativo e logístico foi desenhado para consolidar a territorialização do grande capital em colaboração com o governo ditatorial da época. Como resultado, muitos grupos populacionais foram desterritorializados expropriados de suas terras. Nesse sentido, corrobora-se a afirmação de Hébette (2004) de que a exploração dos recursos naturais, a destruição do meio ambiente e a expulsão dos sujeitos locais são marcas recorrentes do capitalismo ao longo de sua trajetória histórica. Esse modelo de desenvolvimento, baseado na exploração de recursos e na concentração de renda por uma elite, jamais promoveu uma distribuição equitativa da riqueza gerada pelos trabalhadores.

O sudeste paraense, no contexto pós golpe civil-militar, configura-se no processo de alargamento das fronteiras do capital. O Estado promove a migração de populações oriundas de outras regiões do País para compor quadros de trabalhadores para a execução das obras de infraestruturas dos grandes empreendimentos industriais (mineralógicos) e agropecuários. Essa leva migratória foi constituída por duas frentes: colonização dirigida e colonização espontânea (Hébetete, 2004). A primeira, promovida pelo Estado com incentivos fiscais e financeiros, favorecendo o uso e a ocupação das terras ao longo das principais; a segunda, constituída por trabalhadores livres que almejavam também um pedaço de terra para sua reprodução social.

Nesse período, é importante destacar, havia na região um quadro expressivo de trabalhadores remanescentes do período extrativista (ciclo econômico da castanha) que

ansiavam por melhores condições de vida. Nesse cenário composto por diversos atores e seus distintos interesses, a região constituir-se-á palco de disputas e conflitos pelo uso e ocupação da terra. Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre 1970 e 2017, cerca de 990 trabalhadores rurais foram assassinados no estado do Pará em razão da problemática em torno da terra. Em 2016, ocorreram seis assassinatos no Pará. Em 2017, foram 21, com aumento de 350% em relação a 2016 (CPT, 2017).

Então, a partir da década de 1990, com a pressão do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) e de outros movimentos, a região se torna ponto nuclear de diversos conflitos pela posse da terra. Na década precedente, 1980, já ocorriam diversos movimentos de trabalhadores rurais (posseiros) na região do Bico do Papagaio (confluência dos rios Araguaia e Tocantins), lutas estas que remontam o final do período da Guerrilha do Araguaia (Pereira, 2013). É importante ressaltar que o progressivo aumento de criação de Projetos de Assentamento (PAs), na região sudeste paraense, nos períodos de 1997 a 1999, deveu-se basicamente à repercussão do Massacre de Eldorado dos Carajás. Ocorrido no ano de 1996, esse evento, de certa forma, pressionou o governo federal a instaurar na região uma política de reforma agrária.

No final da década de 1990, foram criados diversos projetos de PAs nos diferentes municípios que compõem a Superintendência Regional 27 (SR-27) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Michelotti e colaboradores (2008) asseguram que, no período da primeira metade da década de 2000, ocorre uma redução drástica na criação de PAs comparada ao período anterior. Atualmente (Incra, 2017), a SR-27 está composta por 514 desses projetos.

A primeira parte do trabalho procura discutir o mito da narrativa do extrativismo industrial sob a perspectiva do desenvolvimento a qualquer custo. A exploração dos recursos naturais, na Amazônia, tem sido justificada por narrativas estratégicas que legitimam o extrativismo em diferentes frentes e períodos. Essas narrativas, ao ocultarem interesses ideológicos e concentrarem benefícios, consolidam um modelo predatório que precisa ser desconstruído. Na segunda parte, são apresentados os efeitos significativos da pecuária extensiva nos territórios camponeses que impactam as dinâmicas socioterritoriais e a reprodução social das comunidades rurais. A perspectiva de Little (2003) enfatiza que esses territórios foram construídos historicamente, portanto, moldados por relações sociais e políticas

que determinam o acesso e o uso da terra. No entanto, o avanço da pecuária intensifica a mercantilização do espaço camponês e altera suas formas tradicionais de produção e subsistência.

Na última parte, destaca-se como o Estado desempenha um papel central na consolidação desse modelo ao fomentar políticas públicas (linhas de crédito) voltadas ao agronegócio exportador. A cultura imposta na maioria dos assentamentos rurais prioriza a pecuária como atividade econômica dominante, reforçando a lógica do mercado global em detrimento da diversidade produtiva e das práticas agrícolas camponesas. Diante desse cenário, apresentam-se como superação desse modelo algumas alternativas agroecológicas que emergem como caminhos para um desenvolvimento sustentável na região. Nessa ótica, a natureza é vista não somente como fonte de recursos, mas também enquanto um mosaico de agências e interações socioculturais e ecológicas em que se destaca a necessidade de cuidado e conservação para garantir o sustento das comunidades e a preservação dos territórios.

A narrativa do extrativismo industrial como motor de crescimento econômico

A partir de meados da década de 1960, os sucessivos governos militares elaboraram um planejamento estratégico voltado à exploração dos recursos naturais da Amazônia. O objetivo era integrar a região aos mercados nacional e internacional sob a lógica do desenvolvimento econômico. Nesse contexto, o governo incentivou fluxos migratórios, promovendo a ocupação territorial. Simultaneamente, investiu na construção de rodovias como principal instrumento de integração, facilitando tanto a colonização como a logística e a comunicação. Segundo Costa (1997), essa ação governamental integrava uma estratégia geopolítica voltada à afirmação do domínio sobre a região e à prevenção de possíveis insurreições ou ataques — internos ou externos — considerando-se que a Amazônia faz fronteira com diversos países da América do Sul.

Nas décadas seguintes, especialmente a partir dos anos 2000, observa-se uma reconfiguração nas diretrizes estatais para a Amazônia, marcada pela ascensão das políticas neoliberais voltadas ao setor econômico, o que delineia um novo cenário para a região. Esse novo arranjo institucional e político impulsionou a intensificação da exploração dos recursos

naturais, especialmente por meio do avanço do agronegócio, da mineração e da expansão da fronteira pecuária.

Sob a lógica da liberalização econômica e da flexibilização ambiental, o Estado passou a atuar como facilitador dos interesses do capital, promovendo concessões territoriais, incentivos fiscais e infraestrutura logística voltada à exportação. O núcleo duro do novo pacto entre as classes dominantes estava lançado: “[...] o capital financeiro e o setor exportador de bens primários agrícolas (grãos, carnes) e minerais. A Lei Kandir¹ consagrou esses interesses primários exportadores com forte estímulo do Estado” (Porto-Gonçalves; Leão, 2020, p. 21). Como consequência, as dinâmicas locais de uso e apropriação da terra foram profundamente afetadas, gerando impactos significativos sobre os modos de vida das populações tradicionais e camponesas, bem como sobre os ecossistemas da região.

Para estabelecer controle e domínio, as frentes do governo e do capital, atuando de forma associada, utilizaram violência e força. Em nome do desenvolvimento, provocaram diversos massacres de comunidades locais. Essa ação sangrenta atingiu, massivamente, as populações nativas, sendo os Ianomami e os Waimiri Atroari os mais impactados. No estado do Pará, “[...] destacam-se os casos dos Panará e dos Parakanã, que sofreram consequências da violência, além das mortes de posseiros e líderes rurais localizados ao longo do traçado das estradas federais” (Loureiro, 2019, p. 204). Essas ações também estimularam altos índices de desmatamento como estratégia de ocupação de terras consideradas devolutas. Estima-se que (Loureiro, 2019, p. 205), na época, “[...] o desmatamento alcançava uma média de 29.000 km² por ano. Se fosse aferido pelos sistemas que temos na atualidade como o Prodes/Inpe, que monitora o desmatamento de forma detalhada, os resultados seriam bem diferentes”.

O alargamento da fronteira do capital se intensificou na região, reproduzindo as relações de dependência interna (escala nacional e subnacional) e externa (internacional). Correa (2011) assim define esse processo:

A Amazônia é definida como a fronteira do capital. Trata-se, em realidade, de uma nova integração regional ao sistema capitalista, que se verifica pós1970. Trata-se agora, diferentemente do que ocorreu no passado, quando do “boom” da borracha, de uma integração real, submetida ao capital financeiro e industrial, nacional e internacional, e não ao capital mercantil simplesmente (p. 207).

A integração real, segundo Correa (2011), ocorre por meio de: exploração dos recursos naturais, como a terra, que se constitui em reserva de valor; destruição física e cultural das

comunidades locais; migrações impulsionadas pela modernização; investimentos em infraestrutura; conexão econômica com o Centro-Sul, culminado no processo de dependência; conflitos sociais entre o capital e as populações locais (deslocamento de comunidades), e contínua exploração de recursos e agravamento dos conflitos sociais. Ainda de acordo com essa perspectiva de exploração contínua do avanço da fronteira, Michelotti e colaboradores (2022) fazem uma síntese da integração real descrita por Correa (2011) de que há, ainda, muito espaço a ser ocupado, muitos recursos a serem dilapidados e muito conflito social a ser desenvolvido. Esse é o panorama da região concebida pelos interesses do capital em conluio com a governança estatal.

A aposta no extrativismo industrial como motor de crescimento econômico é construída pela narrativa que escamoteia intenções ideológicas. Gudynas (2019) pontua que o extrativismo não é apenas uma prática econômica, mas também uma construção social que se apoia em discursos que naturalizam sua inevitabilidade e benefícios. Considerando que a exploração dos recursos naturais é vista como a única forma de impulsionar o crescimento econômico, e que, na região amazônica, esses recursos são considerados inesgotáveis, eis as condições que legitimam o discurso hegemônico. Gudynas (2019) destaca que existem três principais narrativas que justificam o extrativismo como o motor do desenvolvimento. A primeira consiste no “progresso econômico”, em que o extrativismo é promovido como essencial para o crescimento econômico e o desenvolvimento nacional.

A compreensão do extrativismo industrial como forma de apropriação de grande volume de recursos naturais para exportá-los aos mercados globais é apresentada como imperativo do desenvolvimento na América Latina. Gudynas (2019) pontua, ainda, que esse modelo perpetua um ciclo de dependência e acentua a vulnerabilidade em economias baseadas na exportação de *commodities*.

Na mesma linha, Gudynas (2019) aponta a narrativa da “redução da pobreza”. Essa defende que a implantação e operação de cadeias de produção e exploração industrial dos recursos naturais geram empregos e distribui riquezas, mesmo que os benefícios sejam distribuídos desigualmente. A região que abriga esses empreendimentos desenvolver-se-á com a conseqüente redução da pobreza, beneficiando as populações locais com emprego e renda. Esse discurso é amplamente difundido desde as campanhas de *marketing*, que visam a legitimar a importância desses empreendimentos, até a exportação de *commodities*, que movimenta

divisas para o estado nacional. No entanto, os benefícios oriundos dessas atividades são, frequentemente, concentrados em elites políticas e econômicas, enquanto as comunidades locais enfrentam deslocamentos, destruição ambiental e perda de meios de subsistência.

A terceira narrativa defendida por Gudynas (2019) enfoca a necessidade de “modernização e fortalecimento da soberania nacional”. Nesse sentido, a capacidade de competir no mercado global é sinal de progresso econômico, pois, dessa forma, a região/o País estão conectados aos circuitos de mercados globais. O autor ressalta que essa narrativa cria/reproduz um sentido comum que legitima o extrativismo e marginaliza políticas e perspectivas críticas, assim como outras alternativas ao desenvolvimento. Ele defende a necessidade de desconstruir essas ideias para promover visões de desenvolvimento que respeitem a justiça ambiental e os direitos das comunidades. Nesses termos, Gudynas (2019) pontua que se faz necessário “[...] compreender estas narrativas que apoiam o extrativismo e ser capaz de desconstruí-las. Simultaneamente devem ser erigidas contranarrativas em diversas frentes para deixar claro os impactos deste tipo de extrativismo” (p. 125).

Efeitos da pecuária extensiva nos territórios camponeses no sudeste paraense

A partir de Little (2003, p. 3), pode-se destacar que o território das campesinidades é mais do que um local de residência ou trabalho; é um “[...] produto histórico de processos sociais e políticos”. Nesse sentido, o território se constrói a partir de uma relação dialética entre o grupo social e o ambiente, em que as práticas de ocupação, uso e controle se entrelaçam com valores, tradições e saberes ancestrais. Isso significa que o território representa não apenas as bases de recursos econômicos, mas também a extensão da própria comunidade e do seu sentido de pertencimento a esses locais de reprodução. É nesse “espaço vivido” que os camponeses desenvolvem laços de reciprocidade, respeito e cooperação mútuas entre as pessoas e a natureza.

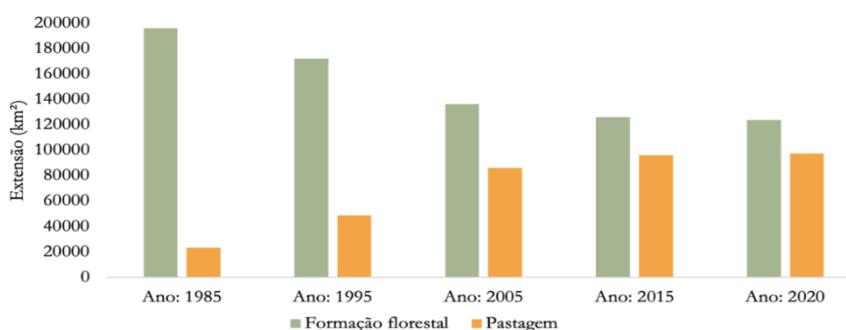
Historicamente, a agricultura camponesa não está subsumida aos ditames da agricultura empresarial. Wanderley (2015) corrobora essa ideia ao afirmar que o campesinato não é apenas uma forma de produção, mas também um modo de vida e uma cultura. Logo, a agricultura camponesa tem uma lógica diferente que se destaca pelo fato de que:

[...] não é adepta do produtivismo, ou seja, produzir uma única cultura e com exclusividade para o mercado nem se utiliza predominantemente de insumos externos. Seu potencial de produção de alimentos está na diversidade, no uso múltiplo dos recursos naturais. Nas regiões onde há concentração de pequenos agricultores, a desigualdade é menor e por conseguinte os índices de desenvolvimento estão entre os maiores. (Fernandes; Molina, 2004, p. 73).

Na região sudeste paraense, a configuração territorial vem passando por mudanças impulsionadas pelo modelo do agronegócio exportador e mediadas pelo capital nacional e internacional que tende a inserir a produção camponesa nos circuitos do mercado global. A inserção dessa dinâmica ocorre por meio da produção de grãos, como o cultivo de soja em alguns municípios e, principalmente, pela crescente adesão à atividade pecuária em toda a região. Nota-se uma tendência à “pecuarização” das unidades de produção que, de acordo com Veiga e colaboradores (1996, p. 25), consiste na “[...] tendência de determinada população de produtores adotar a pecuária como principal componente do sistema de produção”. Essa situação é preocupante, pois compromete tanto a diversificação produtiva como a autonomia camponesa. Isso acontece porque a atividade pecuária (corte e leite) tende a inibir a diversidade produtiva. Por outro lado, essa tendência favorece a concentração de terras nos territórios destinados à agricultura camponesa.

Por meio da Figura 1, percebe-se a evolução das pastagens na região de Carajás a partir dos anos de 1985 e a forma como a cobertura vegetal foi transformada em imensas pastagens para a criação de gado bovino. O ciclo de destruição das matas começa pela extração de madeira de lei, que tem valor comercial; logo em seguida, ocorre o desmatamento e a queimada que prepara o solo para a formação de pastagens.

Figura 1: Extensão das florestas e das pastagens na região de Carajás, em anos selecionados

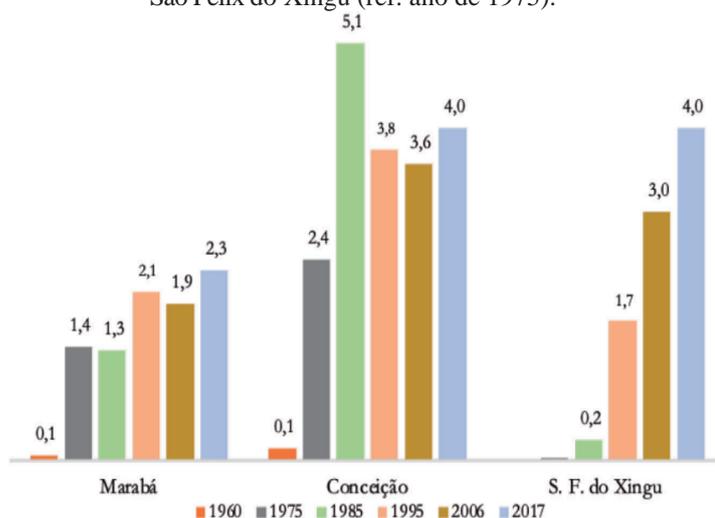


Fonte: Projeto Map Biomass (2023). Elaborada por Barbosa *et al* (2023).

A evolução das pastagens para a criação de gado bovino (corte e leite), na região de Carajás, denota a presença do agronegócio, sobretudo após a segunda metade da década de 1980. Como mencionado anteriormente, a expansão da fronteira capitalista, na região, foi promovida pela ditadura civil-miliar no intuito de ocupar extensas áreas de floresta nativa e destiná-las ao saque dos recursos naturais, dentre eles, o desmatamento para a formação de imensas pastagens e a exploração de madeira. A militarização da questão agrária é definida por Martins (1982) como a resposta do governo militar às contradições geradas pelas mudanças no campo durante a ditadura, como a entrada de grandes capitais e a centralização política. Essas mudanças fragilizaram as elites oligárquicas e abriram espaço para que os trabalhadores rurais do campo aderissem à luta pela terra. A militarização visava a conter o potencial político dessas lutas e evitar um questionamento mais amplo do pacto que sustentava a grande propriedade e legitimava o regime.

A perspectiva governamental era transformar a terra em mercadoria, inserindo-a no mercado de terras que é a base da geração de renda fundiária. Para realizar essa façanha, o governo, a partir de incentivos fiscais e de crédito, destinou grandes latifúndios para empresas nacionais e internacionais para, segundo Martins (1989, p. 143), “[...] forçar o capital a se tornar proprietário de terra, preservando e modernizando a propriedade, ao mesmo tempo, sem fazer reformas sociais”. Michelotti e colaboradores (2022) fazem uma abordagem histórica da evolução da apropriação da propriedade privada da terra a partir da década de 1960, fato que justifica a expansão da agropecuária e a monopolização dessa atividade econômica.

Figura 2: Representação gráfica do total de terras declaradas pelos estabelecimentos agropecuários (em milhões de hectares) na área pertencente aos municípios de Marabá e Conceição do Araguaia (ref. ano de 1960) e São Félix do Xingu (ref. ano de 1975).ⁱⁱ

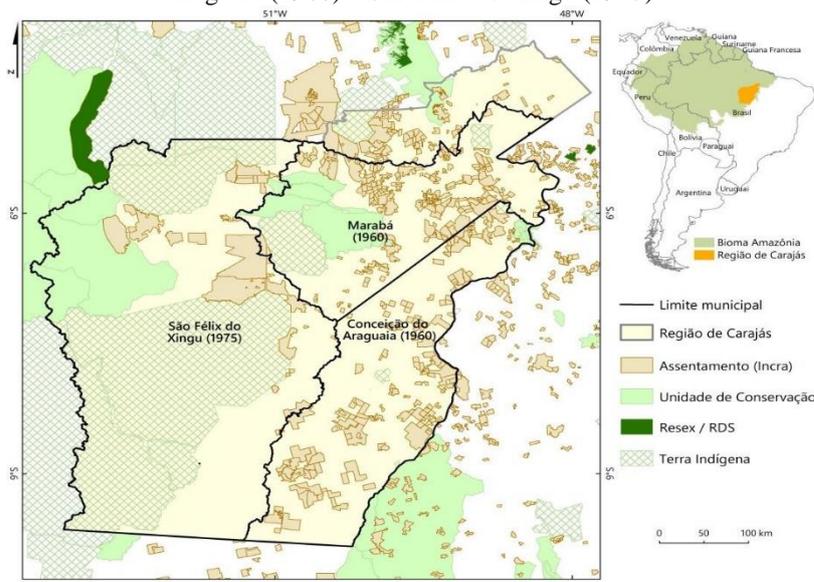


Fonte: Censo Agropecuário do IBGE – série histórica (IBGE, 2017). In: Michelotti *et al* (2022, p. 76).

A Figura 2 revela tal dinâmica de apropriação nos municípios de Marabá, Conceição do Araguaia e São Félix do Xingu. A área total declarada como ocupada pelo conjunto dos estabelecimentos agropecuários recenseados correspondia, na Marabá de 1960, a 51,6 mil hectares, passando para 1,4 milhões de hectares em 1975 e chegando a 2,3 milhões de hectares em 2017. As outras áreas (Conceição do Araguaia e São Félix do Xingu) seguem na mesma projeção ascendente. Isso mostra claramente a constante evolução da agropecuária na região de Carajás, o que reconfigura o mosaico de territórios em disputa no alargamento da fronteira do capital. Conforme Michelotti e colaboradores (2022, p. 67), a expansão da fronteira capitalista, contudo, não se dá apenas pela lógica de crescimento do tripé desmatamento-pastagem-pecuária que define as mudanças, mas, também, “[...] pelas conexões que esse processo pecuário, agrícola e mineral desenvolve com as dinâmicas mais gerais de produção e exportação de commodities”.

A conformação territorial camponesa da região de Carajás se deu por intensas disputas/ocupações de terras que ocorreram à revelia do projeto de colonização oficial dos anos 1970. A partir desse período, a luta pela terra foi intensificada. Para esse processo, contribuíram tanto os projetos governamentais de colonização como as ocupações realizadas pelo próprio campesinato migrante, o que, a partir de meados dos anos 1980, levou à política de criação de assentamentos. Esse processo se deu pela desconcentração fundiária de grandes áreas que gerou um aumento relativo dos pequenos e médios estabelecimentos.

Figura 3: Contra-produção do espaço na área dos antigos municípios de Marabá (1960), Conceição do Araguaia (1960) e São Félix do Xingu (1975).



Fonte: Assis e colaboradores. (2019). Elaborada por Fernando Michelotti e Regiane Paracampos da Silva.

A Figura 3 mostra esse mosaico de assentamentos rurais criados por meio da luta por terra na disputa territorial na região de Carajás. De um lado, observa-se a expansão do agronegócio; de outro, destaca-se a resistência da agricultura familiar camponesa, que busca manter-se nesse jogo de interesses preservando seus territórios de sobrevivência e cultura.

O estado como promotor de políticas voltadas ao agronegócio exportador

Com a pressão exercida pelo mercado global por meio da atividade pecuária exportadora, os assentamentos rurais são impactados pelo discurso capitalista de que a criação de gado é mais rentável do que a diversidade produtiva típica da agricultura camponesa. Recorrendo à contribuição de Gudynas (2019) de que o poder das narrativas acaba criando um senso comum, pode-se afirmar que a crescente pecuarização na região é fruto de tais discursos e políticas governamentais. Nesse entendimento, os agricultores familiares têm dificuldades de desenvolver outras formas de produção na propriedade. Portanto, de acordo com Altieri (2004, p. 11), torna-se um desafio territorial “[...] a viabilização de uma efetiva integração agrícola com o espaço rural, por meio da pluriatividade e da multifuncionalidade desses espaços”.

É bom esclarecer que o Estado promove essa dinâmica econômica a partir de incentivos creditícios aos produtores e às empresas de processamento de proteína animal. Em Marabá, está instalada uma unidade da maior empresa de proteína animal do mundo: a Friboi, cuja razão social é JBS. Na região de Carajás, a empresa possui unidades nas cidades de Marabá, Redenção, Santana do Araguaia e Santa Maria das Barreiras (Formulário de Referência, 2024, JBS S.A).

Nos PAs criados na região de Carajás, a atividade produtiva que predomina é a pecuária de corte e leite. São vários fatores que contribuem para esse quadro. Podem ser elencados, como exemplos: a facilidade de escoamento da produção; a crescente demanda do mercado; o apoio ao crédito, inclusive ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O programa de crédito Pronafⁱⁱⁱ — criado no âmbito das políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar — contribui diretamente para a tendência à pecuarização nas áreas de assentamento, um fenômeno que será abordado com maiores detalhes a seguir.

As narrativas e o aparato estatal e logístico construído em torno do agronegócio acabam atraindo a adesão dos pequenos produtores familiares, de tal forma que parece não haver outra opção de renda nos assentamentos rurais, que não seja a produção voltada à atividade da pecuária extensiva.

Fazendo uma ressalva, aqui se esclarece que a pecuária bovina é um dos pilares do agronegócio na região de Carajás, o que confere divisa importante na balança econômica do estado do Pará e do Brasil — não há como negar. No entanto, em pequenas áreas de pasto, a atividade não se mostra tão racional e lucrativa economicamente, considerando que a lotação de animais por hectare é muito baixa. No modelo da pecuária extensiva, que é o mais praticado na região de Carajás, a lotação é de, em média, uma unidade animal (UA) por hectare (Senar, 2012), considerando que a maior parte dos lotes rurais organizados pelo Incra é de até 50 hectares. Além de propiciar poucos animais por hectare, essa atividade exige muita energia, o que acaba acelerando o metabolismo energético dos sistemas. Em ritmo contínuo, sem medidas de recuperação, esse modelo leva à rápida degradação do solo. Contrapondo tal modelo, os sistemas agroflorestais (SAFs), que agregam várias espécies produtivas, permitem uma renovação constante do solo, trazendo, segundo Braga (2015), mais benefícios para o solo do que a pastagem.

Portanto, dentro desses parâmetros de produção, torna-se inviável garantir a subsistência e o desenvolvimento rural das famílias de pequenos agricultores. A concentração das atividades produtivas em torno da monocultura, como a pecuária, no contexto da agricultura familiar, limita o pleno desenvolvimento econômico e social do campesinato. Talvez essa seja uma das razões para que muitas famílias acabem abandonando a terra, o que tende a contribuir para a crescente concentração fundiária observada nos PAs. Os dados da Tabela 1 mostram o volume de créditos Pronaf destinados às atividades de agricultura e pecuária, entre os anos de 2020 e 2023, no município de Marabá.

Tabela 1: Número de contratos de Pronaf por atividade em Marabá-PA (2020-2023)

Ano	Número de Contratos/Atividade			
	Pecuária		Agrícola	
	(n)	(%)	(n)	(%)
2020	425	100	0	0
2021	629	100	0	0
2022	1117	100	0	0
2023	861	98,8	10*	1,2*
TOTAL	3032	99,7	10	0,3

* Apesar de a matriz do Bacen indicar atividade agrícola, na sequência, apresentava que a modalidade era pastagem, o que significa que também esses 10 contratos eram voltados à atividade pecuária.

Fonte: Santos *et al.* (2024). Elaborado a partir de dados do Bacen.

Os dados da Tabela 1 apontam para o processo de pecuarização da agricultura familiar de Marabá-PA, corroborado por meio da contratação de crédito rural voltado à produção de gado (corte e leite). Já a Tabela 2 traz indícios de pecuarização até mesmo nos assentamentos de reforma agrária de Marabá. Nos anos de 2020, 2021 e 2022, somente ocorreram contratos do subprograma Pronaf Reforma Agrária voltados para a atividade da pecuária, totalizando 1,31% de todos os contratos realizados no período de 2020 a 2023.

Tabela 2: Número de contrato do subprograma Pronaf Reforma Agrária em Marabá-PA (2020-2023)

Ano	Contratos PRONAF total	PRONAF subprograma Reforma Agrária	
		(n)	(%)
2020	425	18	4,23
2021	629	18	2,86
2022	1117	4	0,36
2023	871	0	0
TOTAL	3042	40	1,31

Fonte: Santos *et al.* (2024). Elaborado a partir de dados do Bacen.

Todavia, é preciso discutir e relativizar os dados da Tabela 2, pois a presença de contratos de Pronaf Reforma Agrária voltados para a pecuária, no âmbito dos assentamentos, também pode indicar que esse crédito rural para a agricultura familiar não está comprometido com a inclusão e a diversificação produtiva.

De acordo com Aquino e Schneider (2015), o Pronaf tende a privilegiar agricultores familiares especializados em cadeias de produção relacionadas com o agronegócio. Essa política de crédito rural pouco tem incentivado a diversificação de atividades e fontes de renda das unidades de produção, o que pode limitar a resiliência e a sustentabilidade da agricultura

familiar em longo prazo. É importante destacar que, embora programas como o Pronaf tenham sido criados com o objetivo de fomentar a agricultura familiar e promover a permanência das famílias no campo, na prática, observa-se que uma parte significativa dos pequenos agricultores da região de Marabá tem recorrido ao crédito sobretudo para a implantação ou ampliação de atividades pecuárias (Miranda, 2021).

Os dados levantam a possibilidade de a única maneira dos agricultores familiares dos assentamentos conseguirem acessar o crédito rural via Pronaf ser por meio de contratos voltados a cadeias de produção consolidadas e reconhecidas economicamente pelas instituições financeiras, como é o caso da bovinocultura, seja de corte ou de leite. Como elucidado por Santos (2022), em seu estudo conduzido em um assentamento de reforma agrária em Marabá-PA, embora o Pronaf tenha sido eficaz em aumentar a produtividade de certas atividades, ele não atende adequadamente ao portfólio de necessidades produtivas dos agricultores familiares, principalmente dos menos capitalizados.

Outros caminhos possíveis para o desenvolvimento sustentável em Marabá

Uma importante questão levantada por Descola (2019) para o debate diz respeito ao modo de pensar e conceber o mundo promovido pela cultura ocidental. De acordo com o autor, desde cedo é ensinado nas escolas que as pessoas são separadas na natureza. “Os humanos são sujeitos que possuem direitos por conta de sua condição de homens, ao passo que os não humanos são objetos naturais ou artificiais que não têm direitos por si mesmos” (Descola, 2019, p. 9), uma concepção que parece ter a evidência do bom senso. Segundo o autor, essa visão segmentada — que parte do senso comum ocidental que separa as pessoas da natureza — é a condição legitimadora para a apropriação e a exploração ilimitada dos recursos naturais de maneira intensa e irresponsável. Descola (2019) critica essa percepção por ser limitante e não universal, destacando que outras culturas possuem formas de pensar e se relacionar com o mundo que não compartilham dessa dicotomia. Para muitas sociedades indígenas e camponesas, por exemplo, não há uma separação tão rígida entre humanos e não humanos. Animais, plantas e elementos do ambiente são, frequentemente, dotados de agência, intencionalidade e até mesmo de personalidade. Essa visão não enxerga a natureza como estoque de recursos que serão utilizados de acordo com as necessidades materiais e simbólicas,

mas como agência de interações que necessita de cuidados e conservação, pois é desse ambiente biofísico que os humanos retiram os elementos necessários para o sustento da vida coletiva.

Loureiro (2019) destaca que o modo de pensar colonizador europeu concebeu a Amazônia, desde tempos remotos até a atualidade, como um espaço a ser explorado em nome do desenvolvimento econômico. Após tanto tempo de intensa exploração, segundo a autora, não se deve mais enxergar a Amazônia como uma “colônia do próprio país”. Essa visão precisa ser modificada. Existem outras formas de promover o desenvolvimento econômico que não estejam subordinadas a essa lógica destrutiva adotada pelo grande capital.

De acordo com Loureiro (2019), as universidades devem apoiar as comunidades e pensar em modelos de projetos que não estejam atrelados ao atual modelo da pecuária extensiva e mineração industrial. Segundo a autora, deve-se investir em pesquisas que apresentem modelos sustentáveis e uso de tecnologias com investimentos públicos pujantes. Esses projetos, testados e bem-sucedidos, servirão de modelos a serem replicados e adequados conforme o contexto específico de cada localidade. A autora sintetiza a ideia colocando como proposta o tripé da sustentabilidade econômica, que seria formado por: 1) universidade (criadora de modelos de projetos sustentáveis) juntamente com as comunidades; 2) governo, com políticas públicas ousadas, e 3) instituições bancárias com aporte financeiro para desenvolver os projetos.

Nesse contexto, é importante adotar a agroecologia como alternativa à monocultura e à pecuarização, promovendo práticas agrícolas que respeitem os ciclos naturais, preservem a biodiversidade e fortaleçam a soberania alimentar das comunidades locais (Pompeu, 2017). Além disso, é fundamental considerar os sistemas agropecuários integrados, que combinam pecuária, agricultura e floresta, como outra estratégia sustentável (Altieri, 2004). De acordo com Pompeu (2017, p. 47), os sistemas Agroflorestais (SAFs) constituem uma alternativa sustentável de produção que “[...] contribui tanto para a conservação florestal, quanto para a possibilidade de diversificação e de agregação de valor aos produtos agrícolas e florestais. São estratégias de produção que agregam princípios ecológicos e econômicos”.

O cerne da questão sobre o desenvolvimento está na concepção hegemônica sobre economia e sistema de mercado. Sob essa perspectiva, o interesse principal das nações se concentra nos indicadores econômicos, com destaque para o aumento do Pib (Barca, 2020). Pensar uma economia não subordinada ao mercado é um dos meios apontados para outra

proposta de desenvolvimento local (Polanyi, 2012). Não é justo pensar em crescimento quando se beneficiam de forma desigual os agentes envolvidos na construção da riqueza.

Na obra *A Subsistência do Homem e Ensaio Correlatos*, Karl Polanyi (2012) apresenta uma crítica ferrenha à visão reducionista da economia moderna, que ele denomina de “falácia economicista”. Para o autor, o erro principal do princípio economicista está em reduzir a economia a um conjunto de práticas motivadas, exclusivamente, pela lógica do mercado e pela maximização do lucro, ignorando as múltiplas dimensões sociais e culturais que conformam as atividades econômicas.

Considerando o ordenamento das sociedades pré-capitalistas, bem como parte das sociedades camponesas atuais, segundo Polanyi (2012, p. 63), a economia sempre esteve enraizada nas relações sociais. O autor contrapõe dois significados fundamentais do termo econômico, o “substantivo” e o “formal”: “O primeiro, provém da flagrante dependência do homem em relação à natureza e aos seus semelhantes para sobreviver”. Nesse aspecto, a economia não é algo separado do tecido social, mas emerge das relações humanas e com a natureza. Por outro lado, o significado “formal” tem uma origem inteiramente diversa (Idem, p. 64): “Vem da relação meios-fins. É um conceito universal que não se restringe a nenhum campo específico do interesse humano”.

Esse enfoque do sentido “formal” pressupõe que o comportamento econômico humano seja guiado pela racionalidade individual e pela busca de maximização, moldando, assim, as relações econômicas como sistemas autônomos regidos pela oferta e demanda. Polanyi (2012) ainda argumenta que a ênfase exclusiva na abordagem “formal” típica da economia moderna, é insuficiente para compreender as práticas econômicas reais. Assim, o autor argumenta que as economias só podem ser compreendidas dentro de suas realidades históricas e sociais, rejeitando a ideia de que os indivíduos agem apenas com base na maximização de ganhos materiais.

Na obra *O Bem Viver*, Alberto Acosta (2019) apresenta uma crítica ao modelo de desenvolvimento hegemônico, baseado no crescimento econômico a qualquer custo, destacando os impactos destrutivos desse paradigma sobre o meio ambiente, e sobre a diversidade sociocultural. Inspirado nos saberes e nas práticas dos povos indígenas da América Latina, o autor propõe o conceito de “*bem viver*” como uma alternativa ao antropocentrismo e à lógica predatória do capitalismo. Acosta (2019) ressalta que os recursos naturais não devem

ser vistos apenas como mercadorias ou fontes de lucro, mas como elementos essenciais para a manutenção da vida e da harmonia entre os seres humanos e a natureza. Ele enfatiza que a exploração excessiva e insustentável desses recursos, típica do modelo capitalista, resulta em degradação ambiental, desigualdade social e perda de culturas tradicionais/ancestrais dos povos e comunidades.

O “bem viver” sugere que a relação com os recursos naturais deve ser pautada por princípios de respeito, reciprocidade e sustentabilidade, promovendo o uso consciente e equilibrado desses bens em benefício de todas as formas de vida (humanas e não humanas). Para tanto, é necessário abandonar a visão utilitarista dicotômica que separa a humanidade da natureza. A partir desse enfoque, faz-se necessário adotar uma perspectiva integradora em que os seres humanos sejam parte do ambiente e não somente os seus dominadores.

Sobre as comunidades locais, especialmente as indígenas e camponesas, Acosta (2019) defende que essas devem ter o protagonismo na gestão de seus territórios e dos recursos naturais que neles estão inseridos. Isso implica a descentralização do poder: transferência do controle sobre os recursos naturais das grandes corporações e governos para as comunidades locais; a valorização dos saberes tradicionais: reconhecimento dos conhecimentos ancestrais sobre manejo sustentável como base para a gestão dos recursos; a participação comunitária: decisões coletivas que respeitem as demandas locais e os limites ambientais, garantindo soberania alimentar, equidade e justiça ambiental. Em suma, o “bem viver” propõe uma ruptura com o paradigma dominante, substituindo-o por formas de organização social e econômica que priorizem a vida em todas as suas dimensões, ao invés do lucro apenas.

As práticas agroecológicas despontam como alternativas sustentáveis, contrapondo-se ao modelo hegemônico do agronegócio na região. Em pequenas áreas de cultivo, pode-se obter receitas razoáveis que agregam valores ecológicos, econômicos e socioculturais. A produção de alimentos em apenas um hectare de agrofloresta sobrepuja grandes áreas necessárias para a criação de gado bovino de forma intensiva. Conforme Braga, o “Sistema Agroflorestal (SAF-cacau) pode gerar renda líquida de 3 a 6 vezes maior do que a pecuária, por unidade de área, e ainda ocupar uma área até 7 vezes menor” (2015, p. 57). Experiências agroecológicas têm demonstrado maior potencial de sustentabilidade econômica e ambiental. Em especial, o consórcio entre espécies como o açaí e o cacau tem se revelado uma alternativa produtiva rentável e adaptada às condições ecológicas da Amazônia.

Estudo da Embrapa e instituições parceiras comprovou que a expansão sustentável do cacau tem sido extremamente benéfica para a Amazônia, integrando geração de emprego e renda à preservação da floresta. Setenta por cento do cultivo são feitos em áreas degradadas, majoritariamente por agricultores familiares e em sistemas agroflorestais. O resultado é a recuperação dessas áreas, cuja maior parte foi convertida de pastagens com a redução do fogo e do desmatamento na região (Embrapa, 2022).

Sobre a segurança alimentar, de acordo com Pompeu (2017, p. 42), “[...] quanto mais diversificado são os sistemas menor é o consumo de alimentos industrializados na unidade familiar”. Assim, considerando a alimentação proporcionada pelos SAFs, denota-se que os sistemas com maior diversificação de espécies fornecem mais qualidade nutricional, enriquecendo a dieta dos agricultores.

Considerações finais

A análise dos modelos de desenvolvimento implantados na região amazônica, especialmente no sudeste paraense (região de Carajás), revela a complexidade das relações entre o extrativismo industrial, a pecuária extensiva e as dinâmicas socioeconômicas locais. O planejamento estatal, desde o período colonial e ditatorial até as políticas neoliberais, priorizou a exploração dos recursos naturais, consolidando narrativas que legitimam o extrativismo industrial como motor do crescimento econômico. Entretanto, essas narrativas escamoteiam os impactos socioambientais e perpetuam desigualdades, ignorando alternativas sustentáveis.

No contexto da pecuarização crescente nos territórios camponeses, observa-se uma reconfiguração do uso da terra, impulsionada por incentivos estatais, como o Pronaf, e pelas demandas do mercado global. Contudo, essa atividade produtiva, embora significativa para a balança econômica regional e nacional, demonstra-se pouco eficiente e insustentável em pequenos lotes de reforma agrária. Esse paradigma econômico agroexportador tem potencial significativo na constante degradação do solo e dos ecossistemas e contribui para o êxodo rural, pois parcelas de famílias camponesas acabam desistindo da terra, por não conseguirem gerar renda suficiente para garantir a reprodução social e material. Essa dinâmica reflete a subordinação da agricultura familiar à lógica capitalista, limitando o desenvolvimento social e econômico do campesinato e favorecendo a concentração fundiária nas áreas de assentamentos rurais.

Para reverter esse cenário devastador, é necessário romper com o paradigma desenvolvimentista hegemônico, que reduz a Amazônia a uma colônia de exploração, como apontou Loureiro (2019). De acordo com Gudynas (2019), é necessário e urgente erigir uma contranarrativa que apresente outras alternativas de desenvolvimento, como, por exemplo, a adoção de práticas agroecológicas e sistemas integrados (diversidade produtiva) aliados à valorização das culturas locais e saberes tradicionais. Essa proposta tem o poder de fortalecer as comunidades locais e, ao mesmo tempo, impulsionar fatores como a justiça ambiental e a soberania alimentar das populações. Conforme destacou Karl Polanyi (2012), quando a economia passa a ser desconectada das relações sociais e políticas, transformando-se em uma esfera autônoma orientada pelo mercado, as instituições passam a organizar a vida econômica, subordinando todas as dimensões da vida social. No caso do Pronaf (Miranda, 2011), observa-se que o crédito, ao invés de promover a autonomia camponesa, tem funcionado como vetor da mercantilização das relações econômicas nos assentamentos, ao induzir práticas produtivas voltadas à lógica do mercado exportador.

A região de Carajás requer políticas públicas que considerem sua diversidade ecológica e sociocultural. Não se podem ignorar os territórios conquistados na luta pela terra travada com o grande capital. São espaços onde se constroem não somente experiências de resistências, mas também as experiências de reprodução da vida nas dimensões produtivas, socioculturais, políticas e organizativas. As experiências são ferramentas que constroem diferentes possibilidades de mudanças.

Referências

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Elefante, 2019.

ALBERT, James Hoorn *et. al.* The multiple viewpoints for the Amazon: geographic limits and meanings. **Amazon Assessment Report**. Nova York: United Nations Sustainable Development Solutions Network, 2021.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

AQUINO, Joacir Rufino; SCHNEIDER, Sérgio. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. *In*: GRISA, Cátia.; SCHNEIDER, S. (Orgs.) **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 53-81.

BARBOSA, Estêvão José da Silva *et. Al.* Componentes naturais da paisagem na região de Carajás. In: MONTEIRO, Maurílio de Abreu (org.). **Amazônia: a região de Carajás** [recurso eletrônico]. Belém: NAEA, 2023.

BARCA, Stefania. Forças de reprodução. O ecofeminismo socialista e a luta para desfazer o Antropoceno. **E-cadernos CES [Online]**, n. 34, 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/5448>. Acesso em: 21 out. 2021.

BRAGA, Daniel P. P. **Sistemas agroflorestais com cacau para recuperação de áreas degradadas, em São Félix do Xingu – PA**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências), Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2015.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Campanha nacional de prevenção e combate ao trabalho escravo: estatística 2017**. CPT: 2017.

CORREA, Roberto Lobato. A organização regional do espaço brasileiro. In: CORREA, Roberto Lobato (Ed.). **Trajetórias geográficas**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 197-210.

COSTA, Wanderley. **O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil**. São Paulo: Ed Contexto, 1997.

DESCOLA, Philippe. **Outras naturezas, outras culturas**. São Paulo: Editora, v. 34, p. 1914-1991, 2016.

EMBRAPA (2022). Ana Laura Lima (MTb 1.268/PA). **Embrapa Amazônia Oriental**. Disponível em: https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/71719295/estudo-mostra-expansao-sustentavel-do-cacau-na-amazonia?p_auth=wgkBc95d. Acesso em 20 fev. 2025.

FERNANDES, Bernardo M. M.; CASTAGNA, Mônica. O Campo da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica C.; AZEVEDO, Sonia M. S. (Orgs.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, n. 5, 2004.

GUDYNAS, Eduardo. **Las narrativas que construyen un sentido comun extractivista. Edna Castro, Pensamento crítico latino-americano. Reflexiones sobre políticas y fronteras**. São Paulo: Annablume, p. 109-129, 2019.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2004.

INCRA. **Painel**. Disponível em: <https://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em 26 jun. 2024.

JBS S.A. **Formulário de Referência**. 2024. Disponível em: <https://ri.jbs.com.br/arquivos-cvm-e-sec/formulario-de-referencia-cadastral-e-prospectos/>. Acesso em 21 dez. 2024.

LITTLE, Paul. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: **Anuário antropológico**, v. 28, n. 1, p. 251-290, 2003.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky; PINTO, Jax Nildo Aragão. *Amazônia: da dependência a uma nova situação colonial. Pensamento crítico latino-americano*. São Paulo: Annablume, p. 197-224, 2019.

MARTINS, José de Souza. **A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil**. São Paulo: Tempo Social, v. 6, p. 1-25, 1994.

MARTINS, José de Souza. **Impasses políticos dos movimentos sociais na Amazônia**. São Paulo: Tempo Social, v. 1, n. 1, p. 131-148, 1989.

MARTINS, Jose De Souza. O Estado e a militarização da questão agrária na Amazônia. *In: Texto apresentado à Conferência Frontier Expansion in Amazonia do Center for Latin American Studies*. Universidade da Flórida. Gainesville (mimeo). 1982.

MICHELOTTI, Fernando. Luta pela Terra e Assentamentos no Sudeste do Pará. *In: 3º Encontro da Rede de Estudos Rurais*, 2008. Campina Grande, 2008. Anais.

MICHELOTTI, Fernando; NASCIMENTO, Humberto Miranda; JÚNIOR, Evaldo Gomes. **Ajuste espacial e temporal na Amazônia**: reflexões sobre fronteira do capital e des-re-configurações territoriais. Belém: Novos Cadernos NAEA, v. 25, n. 4, 2022.

MIRANDA, Rogério Rego. Territorialização do MST no sudeste paraense a partir da construção dos projetos de assentamentos. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 16, n. 40 Abr., p. 01–30, 2021. DOI: [10.14393/RCT164001](https://doi.org/10.14393/RCT164001). Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/57528>. Acesso em 21 dez. 2024.

PEREIRA, Airton dos Reis. Colonização e conflitos na Transamazônica em tempos da ditadura civil-militar brasileira. Recife: **Revista de Pesquisa Histórica**, v. 31, p. 1-17, 2013.

POLANYI, Karl. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

POMPEU, Gisele do Socorro dos Santos. **Sistemas agroflorestais**: manejo, sustentabilidade e percepção ambiental dos agricultores de Tomé – Açu, Pará, Brasil. Orientador: Osvaldo Ryohei Kato. 2017. 161 f. Tese (Doutorado em Ciências Florestais) - Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufra.edu.br/jspui/handle/123456789/1199>. Acesso em 21 dez. 2024.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; LEÃO, Pedro Catanzaro da Rocha. Terra, Violência e Conflito na Formação Territorial Brasileira: tensões territoriais na ruptura política (2015-2019). Recife: **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 712-767, 2020.

SANTOS, Idelmar Silva; DREBES, Laila Mayara. A política de Crédito da Agricultura Familiar via Pronaf no Município de Marabá-Pa: um retrato de pecuarização. *In: Resumo expandido apresentado na XIV SEMANA ACADÊMICA UEPA*, Campus XIII. Marabá, 2024.

SANTOS, Tamara Karime. **As dinâmicas ocupacionais dos jovens rurais em assentamento do sudesteparanaense**: migração e sucessão. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociodena Amazônia) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2022.

SENAR, 2012. **Manejo de Pastagens**. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. 2. ed. Brasília. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/assets/arquivos/157-PASTAGENS.pdf>. Acesso em 20 jan. 2025.

VEIGA, Jonas. Bastos et. al. **A pecuária na fronteira agrícola da Amazônia**: o caso do município de Uruará, PA, na região Transamazônica. Belém: EMBRAPA, 1996.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 52, p. 25-44. Brasília, 2014.

Notas

ⁱ A Lei Kandir, implementada, Lei Complementar nº 87/1996, isentou do ICMS as exportações de produtos primários e semielaborados, visando estimular as exportações brasileiras. Essa legislação teve impactos significativos na economia dos estados exportadores, especialmente na região amazônica, devido à perda de arrecadação tributária. Conferir BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves; MARINHO, Marina Soares. Do federalismo de cooperação ao federalismo canibal: a Lei Kandir e o desequilíbrio do pacto federativo. **Revista de informação legislativa**: RIL, v. 55, n. 217, p. 157-180, jan./mar. 2018. Disponível em: http://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/55/217/ril_v55_n217_p157.

ⁱⁱ O antigo território de Marabá de 1960, após sucessivas divisões, atualmente corresponde aos seguintes municípios: Abel Figueiredo, Água Azul do Norte, Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Marabá, Palestina do Pará, Parauapebas, São Domingos do Araguaia e São João do Araguaia.

ⁱⁱⁱ PRONAF. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, criado pelo decreto nº 1946/1996 da Presidência da República no primeiro governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Conferir BRASIL. Decreto no 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, Brasília 29 jun. 1996. Disponível em: bit.ly/3XeOjYA.